

# NOVIDADES LEGISLATIVAS

Edição de 7 de julho de 2021



Nesta edição:

- **Debêntures de Infraestrutura é aprovado no Plenário da Câmara;**
- **Nova Medida Provisória para estimular crédito para micro e pequenas empresas;**
- **Ministro Paulo Guedes participa de sessão na Comissão de Fiscalização e fala sobre diversas pautas econômicas;**
- **Ministro da Economia Paulo Guedes participa de audiência na Câmara para discutir a Reforma Administrativa.**

## **Debêntures de Infraestrutura é aprovado no Plenário da Câmara**

O Plenário da Câmara aprovou o Projeto de Lei 2.646 de 2020, que institui as Debêntures de Infraestrutura, por 412 votos favoráveis e 11 contrários.

A criação das debêntures de infraestrutura tem o propósito de incentivar a maior participação dos investidores pessoas jurídicas, principalmente os investidores institucionais, em projetos de infraestrutura.

Como forma de atrair os investimentos, o substitutivo aprovado do deputado Arnaldo Jardim (Cidadania/SP) permite às pessoas jurídicas emissoras de debêntures de infraestrutura a dedução do lucro, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, o montante equivalente a 30% do valor dos juros pagos no exercício, pelo período de cinco anos.

Os setores prioritários para emissão de debêntures de infraestrutura serão objeto de normatização infralegal.

Outros pontos de destaque:

- Exclusão do benefício fiscal adicional para os greenbonds;
- Ato do Poder Executivo Federal autorizará a emissão das debêntures com cláusula de variação da taxa cambial;
- Tramitação diferenciada aos projetos que não tenham passado anteriormente pelo crivo do Poder Executivo que são sujeitos à outorga dos entes subnacionais;

- Liberação para aquisição de debêntures pelos fundos, com a condição de tributar a carteira dos mesmos em 10% dos rendimentos decorrentes das debêntures de infraestrutura;
- Redução do prazo para que os Fundos de Investimento em Participações em Infraestrutura (FIP-IE) e os Fundos de Investimento em Participação na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (FIP-PD&I) se enquadrem aos níveis mínimos de investimento exigidos pela legislação tributária, de 36 para 24 meses.

O projeto faz parte da Pauta Mínima da CNI, uma vez que a efetiva participação do setor privado nos investimentos é chave para a superação dos problemas de custo e qualidade dos serviços de infraestrutura, contribuindo para o aumento da competitividade do país e a redução do Custo Brasil.

O projeto segue para análise do Senado Federal.

### ***Nova Medida Provisória para estimular crédito para micro e pequenas empresas***

Foi publicada a Medida Provisória nº 1057/2021, para estimular o crédito privado para micro e pequenas empresas, empreendedores individuais e produtores rurais que tenham faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões. Trata-se da reedição das principais medidas da MP 992/2020, publicada no primeiro ano da pandemia de Covid-19.

O Programa de Estímulo ao Crédito (PEC) contará com recursos próprios das instituições financeiras. Não haverá aporte de recursos da União, garantias ou equalização de juros. As condições financeiras serão definidas pelo CMN.

Para obter a adesão das instituições financeiras, o governo estabeleceu o crédito presumido decorrente de diferenças temporárias.

Na exposição de motivos que acompanha a MP, o governo estima a disponibilização de R\$ 48 bilhões para o novo programa de crédito e baixo impacto fiscal (R\$ 3 milhões), no período de 2022 a 2024.

O prazo de apresentação de emendas vai até dia 9 de julho.

### ***Ministro Paulo Guedes participa de sessão na Comissão de Fiscalização e fala sobre diversas pautas econômicas***

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara dos Deputados convocou o Ministro da Economia Paulo Guedes para explicar sobre dados da Previdência dos militares. Em comum acordo com a comissão, o Ministro também prestou esclarecimentos sobre outros assuntos de sua pasta, como a reforma tributária, auxílio emergencial, desestatização da Eletrobrás, entre outros. Um dos destaques do discurso inaugural do Ministro foi a forte recuperação da economia verificada pelo Ministério, em resposta às ações do governo federal de apoio na pandemia.

Paulo Guedes convidou o secretário da pasta, Bruno Bianco, para apresentar os dados da auditoria financeira de 2020. De acordo com o secretário, o passivo atuarial do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) teve superavaliação de R\$ 49,2 bilhões enquanto o Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA) obteve subavaliação de R\$ 45,5 bilhões.

Ao ser indagado sobre a reforma tributária, afirmou que, devido à regressividade dos tributos no país, está sendo feita uma redistribuição de encargos. Declarou a intenção de tributar dividendos e desonerar as empresas com a redução dos impostos. Sobre a tributação corporativa, abriu espaço para uma eventual calibragem da alíquota no IRPJ e a remoção dos subsídios.

O auxílio emergencial foi outro tema que ganhou ênfase na audiência, tendo sua importância reforçada na fala de muitos parlamentares. Sobre o assunto, Paulo Guedes lembrou que o prazo do auxílio foi prolongado até outubro, e que nos meses consecutivos serão retomados novos programas sociais. Ademais, descartou a possibilidade de utilizar parte das reservas internacionais para o pagamento do auxílio, uma vez que, segundo o Ministro, a reserva é um crédito que o país tem contra o resto do mundo, e não pode ser gasta.

A desestatização da Eletrobras também foi citada na audiência. A respeito das críticas direcionadas a esta Medida Provisória, Paulo Guedes garantiu que diversos assuntos alheios ao tema central da MP foram excluídos, e os que restaram ou são virtuosos, como a revitalização de São Francisco, ou irão “evaporar no ar”, citando como exemplo o compromisso estabelecido de comprar até oito milhões de gigawatts de energia, desde que o preço seja de R\$350 reais por megawatts-hora.

Outros temas abordados foram:

- Pronampe - colocou que houve um progresso com a destinação de 48% da expansão de crédito para pequenas e médias empresas, resultado dos programas desenhados pelo governo.
- Vacinação - afirmou que o Brasil finalmente avançou na vacinação em massa, e estimou cerca de três meses para toda a população adulta estar vacinada.
- Bloqueio dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e verbas de universidade - apontou que os recursos de medidas dos ministérios são reduzidos quando realizados os bloqueios, para respeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Desta forma, defendeu a desindexação desses recursos para que a classe política consiga comandar os orçamentos públicos.

A Comissão tem por atribuição debater e votar a tomada de contas do Presidente da República, e o acompanhamento e fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e da administração direta e indireta, dentre outras, podendo ser convocado o Ministro sempre que necessário.

### ***Ministro da Economia Paulo Guedes participa de audiência na Câmara para discutir a Reforma Administrativa***

Na audiência pública realizada, hoje, na Comissão Especial que analisa a PEC da Reforma Administrativa (PEC 32/2021), o Ministro da Economia, Paulo Guedes deixou claro que a melhoria do serviço público passa pela avaliação dos servidores, assim como pelas demais prestações de conta inerentes aos serviços prestados, a fim de aferir o nível de satisfação da população com os serviços prestados pelo Estado.

Segundo o Ministro, a Reforma Administrativa não tem potencial “explosivo”, mas sim a capacidade de transformar a forma como o funcionalismo público atende a população e se auto capacita para

prestar serviços de qualidade. A reforma, reiterou, tem como foco a melhoria dos serviços, maior período de avaliação dos servidores e a modernização e simplificação dos processos.

Para o Ministro, a Reforma Administrativa possui caráter simplificador e modernista. Ressaltou que a medida está aberta a construção, com amplo diálogo e entre todos os setores, com vistas a criação de um legado para uma nova Administração Pública de excelência para o país.

Quanto à estabilidade, o Ministro apontou que a proposta é de que esta seja concedida após um período de análise que auxiliará o servidor a provar que está alinhado com o funcionalismo público.

Sobre os valores relativos à economia por trás da reforma, o Ministro esclareceu que a diferença dos números diz respeito às diferenças das taxas de reposição no funcionalismo que sofreram alterações em pesquisas do IPEA e que continuarão a sofrer alterações de acordo com as contratações de novos servidores. O Ministro afirmou que os dados serão colocados à disposição dos parlamentares.

Sobre as proteções sociais e as aposentadorias de militares, o Ministro afirmou que a Constituição estabeleceu disparidades para as classes. Segundo ele, no que tange aos cálculos, o que o ministério pode fazer são projeções de impactos das medidas legisladas no Congresso.

O Relator da PEC, dep. Arthur Maia (DEM/BA,) criticou a autorização para que cargos técnicos e estratégicos sejam ocupados por indivíduos que não fazem parte da Administração Pública. A medida, segundo o relator, tem potencial danoso para o Estado, pois dificultaria o cumprimento de leis de responsabilidade.

Ele ressaltou a necessidade de fixação de avaliações de desempenho para melhoria dos serviços públicos. Não obstante, a gestão de desenvolvimento deve seguir sob a perspectiva de formação de novas visões estratégicas das instituições, a fim de promover a valorização do servidor. Aprimorar o vínculo de experiência, motivar as políticas de liderança e promover o Regime Jurídico único também devem ser prioridades da reforma.

O deputado Rui Falcão (PT/SP), autor de um dos requerimentos de convocação, apontou que falta a estimativa de impacto orçamentário da proposta. Segundo o parlamentar, há perda de direitos garantidos.

Alguns parlamentares fizeram uso da palavra para criticar e defender a Reforma. Muitos salientaram que a ausência de dados e a demora no encaminhamento das informações contribuem para a lentidão do andamento da PEC 32.

Também foram objeto de questionamento pelos parlamentares, entre outros temas, a ausência de estudos de impacto, direito adquirido dos servidores, alcance da Reforma e quebra da estabilidade.



**Veja mais**

Acompanhe o dia a dia dos projetos no LEGISDATA:

<https://www5.legisdata.cni.org.br>

**NOVIDADES LEGISLATIVAS** | Publicação da Confederação Nacional da Indústria – CNI | Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Coordenação técnica: Marcos Borges | Editoração: COAL | Supervisão gráfica: Coordenação de Divulgação CNI/CCI/GPC | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9399 | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9000 | [www.cni.com.br](http://www.cni.com.br) | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.